

THOMAS HOBBS DE MALMESBURY

LEVIATÃ OU

MATÉRIA, FORMA E PODER DE UM ESTADO ECLESIAÍSTICO E CIVIL

Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

DO HOMEM

Introdução

- CAP. I - Da sensação
- CAP. II - Da imaginação - Memória - Sonhos - Aparições ou visões - Entendimento . . .15
- CAP. III - Da consequência ou cadeia das imaginações - Cadeia dos pensamentos não orientados - Cadeia dos pensamentos regulados - Lembrança - Prudência - Sinais Conjetura do tempo passado
- CAP. IV - Da linguagem - Origem da linguagem - O uso da linguagem - Abusos da linguagem - Nomes próprios e comuns - Universais - Necessidade das definições - Objeto dos nomes - Uso dos nomes positivos - Nomes negativos e seus usos - Palavras insignificantes - Entendimento - Nomes inconstantes
- CAP. V - Da razão e da ciência - O que é a razão - Definição de razão - Onde está a reta razão - O uso da razão - Do erro e do absurdo - Causas do absurdo - Ciência Prudência e sapiência, e diferença entre ambas - Sinais da ciência
- CAP. VI - Da origem interna dos movimentos voluntários vulgarmente chamados paixões; e da linguagem que os exprime - Movimento vital e animal - O esforço - O apetite - O desejo - A fome - A sede - A aversão - O amor - O ódio - O desprezo - O bem - O mal - O pulchrum - O turpe - O delicioso - O proveitoso - O desagradável O inaproveitável - O deleite - O desprazer - O prazer - A ofensa - Os prazeres dos sentidos - Os prazeres do espírito - A alegria - A dor - A tristeza - A esperança - O desespero - O medo - A coragem - A cólera - A confiança - A desconfiança - A indignação - A

THOMAS HOBBS DE MALMESBURY

LEVIATÃ ou

MATÉRIA, FORMA E PODER DE UM ESTADO ECLESIAÍSTICO E CIVIL

Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

DO HOMEM

Introdução

CAP. I - Da sensação CAP. II - Da imaginação - Memória - Sonhos - Aparições ou visões - Entendimento . .15 C AP.
III - Da consequência ou cadeia das imaginações - Cadeia dos pensamentos não orientados - Cadeia

dos pensamentos regulados - Lembrança - Prudência - Sinais Conjetura do tempo passado CAP. IV - Da linguagem - Origem da linguagem - O uso da linguagem - Abusos da linguagem - Nomes próprios e comuns - Universais - Necessidade das definições - Objeto dos nomes - Uso dos nomes positivos - Nomes negativos e seus usos - Palavras insignificantes - Entendimento - Nomes inconstantes CAP. V - Da razão e da ciência - O que é a razão - Definição de razão - Onde está a reta razão - O uso da razão - Do erro e do absurdo - Causas do absurdo - Ciência Prudência e sapiência, e diferença entre ambas - Sinais da ciência CAP. VI - Da origem interna dos movimentos voluntários vulgarmente chamados paixões; e da linguagem que os exprime - Movimento vital e animal - O esforço - O apetite - O desejo - A fome - A sede - A aversão - O amor - O ódio - O desprezo - O bem - O mal - O pulchrum - O turpe - O delicioso - O proveitoso - O desagradável - O inproveitável - O deleite - O desprazer - O prazer - A ofensa - Os prazeres dos sentidos - Os prazeres do espírito - A alegria - A dor - A tristeza - A esperança - O desespero - O medo - A coragem - A cólera - A confiança - A desconfiança - A indignação - A

- benevolência - A bondade natural - A cobiça - A ambição - A pusilanimidade - A magnanimidade - A valentia - A liberalidade - A mesquinhez - A amabilidade - A concupiscência natural - A luxúria - A paixão do amor - O ciúme - A vingança - A curiosidade - A religião - A superstição - A verdadeira religião - O terror pânico - A admiração - A glorificação - A vanglória - O desalento - O entusiasmo súbito - O riso - O desalento súbito - O choro - A vergonha - O rubor - A imprudência - A piedade - A crueldade - A emulação - A inveja - A deliberação - A vontade - As formas de linguagem na paixão - O bem e o mal aparentes - A felicidade - O louvor - A exaltação
- CAP. VII - Dos fins ou resoluções do discurso - O juízo ou sentença final - A dúvida - A ciência - A opinião - A consciência - A crença - A fé
- CAP. VIII - Das virtudes vulgarmente chamadas intelectuais, e dos defeitos contrários a estas - Definição da virtude intelectual - O talento, natural ou adquirido - O talento natural - O bom talento, ou imaginação - O bom juízo - A discórdia - A prudência - A habilidade - O talento adquirido - A levandade - A loucura - A raiva - A melancolia - A linguagem insignificante
- CAP. IX - Dos diferentes objetos do conhecimento
- CAP. X - Do poder, valor, dignidade, honra e merecimento - O poder - O valor - A dignidade - Honrar e desonrar - Honroso - Desonroso - Os escudos - Os títulos de honra - O merecimento - A aptidão
- CAP. XI - Das diferenças de costumes - O que aqui se entende por costumes - Um Irrequieto desejo de poder, em todos os homens - O gosto pela disputa derivado do gosto pela competição - A obediência civil derivada do gosto pelo copo farto - Derivado do medo da morte ou dos ferimentos - E do amor das artes - O amor à virtude derivado do amor à lisoqja - O ódio derivado da dificuldade de obter grandes bensícios - E da consciência de merecer ser odiado - A tendência para ferir derivada do medo - E da desconfiança no próprio talento - Os empreendimentos vãos derivados da vanglória - A ambição derivada da opinião de suficiência - A irresolução derivada do exagero da importância das pequenas coisas - A confiança nos outros derivada da ignorância dos sinais da sabedoria e da bondade - E da ignorância das causas naturais - E da falta de entendimento - A aceitação dos costumes derivada da ignorância da natureza do bem e do mal - A aceitação dos indivíduos derivada da Ignorância das causas da paz - A credulidade derivada da ignorância da natureza - A curiosidade de saber derivada da preocupação com o tempo futuro - A religião natural da mesma
- CAP. XII - Da religião - A religião, só no homem - Primeiro, a partir de seu desejo de conhecer as causas - A partir da consideração do Início das coisas - A partir de sua observação das sequelas das coisas - A causa natural da religião: a ansiedade quanto aos tempos vindouros - O que os faz temer o poder das coisas invisíveis - E sapo ias incorpóreas - Mas sem conhecer a maneira como elas gretam alguma coisa - Mas venerá-las tal como veneram os homens - E atribuir-lhes toda espécie de acontecimentos extraordinários - Quatro causas, as sementes naturais da religião - Tornadas diferentes pelo cultivo - A absurda opinião do gentilismo - Os designios dos autores da religião dos pagãos - A verdadeira religião, o mesmo que as leis do reino de Deus - As causas de mudança na religião - A imposição de crenças impossíveis - Agir contrariamente d religião que estabelecem - Falta de testemunhos dos milagres
- CAP. XIII - Da condição natural da humanidade relativamente a sua felicidade e miséria - Os homens iguais por natureza - Da igualdade deriva a desconfiança - Da desconfiança, a guerra - Fora dos estados civis, há sempre guerra de todos contra todos - Os inconvenientes de uma tal guerra - Numa tal guerra, nada é injusto - As paixões que levam os homens a tender para a paz
- CAP. XIV - Da primeira e segunda leis naturais, e dos contratos - O que é o direito de natureza - O que é a Liberdade - O que é uma lei de natureza - Diferença entre direito e lei - Naturalmente, todo homem tem direito a tudo - A lei fundamental de natureza - A segunda lei de natureza - O que é abandonar um direito - O que é renunciar a um direito - O que é transferir o direito - A obrigação - O dever - A injustiça - todos os direitos são alienáveis - O que é um contrato - O que é um pacto - A doação - Sinais expressos de contrato - Sinais de contrato por referência - A doação feita através de palavras do presente ou do passado - Os sinais do contrato são palavras tanto do passado e do presente como do futuro - O que é o mérito - Os pactos de confiança mútua: quando são inválidos - O direito aos fins contém o direito aos meios - Não há pactos com os animais - Nem com Deus sem revelação especial - Só há pacto a respeito do possível e do futuro - Como os pactos se tornam nulos - Os pactos extorquidos pelo medo são válidos - O pacto anterior torna nulo o pacto posterior feito com outros - O pacto no sentido de alguém não se defender é nulo - Ninguém pode ser obrigado a acusar-se a si mesmo - A finalidade do juramento - A forma do juramento - Só a Deus se faz juramento - O juramento nada acrescenta à obrigação

benevolência - A bondade natural - A cobiça - A ambição - A pusilanimidade A .magnanimidade - A valentia - A liberalidade - A mesquinhez - A amabilidade - A concupiscência natural - A luxúria - A paixão do amor - 0 ciúme -'A vingança - A curiosidade - A religião - A superstição - A verdadeira religião - 0 terror pânico - A admiração - A glorificação - A vanglória - 0 desalento - 0 entusiasmo súbito - 0 riso - 0 desalento súbito - 0 choro - A vergonha - 0 rubor - A imprudência - A piedade - A crueldade - A emulação - A inveja - A deliberação - A vontade - As formas de linguagem na paixão - 0 bem e 'o mal aparentes - A felicidade - 0 louvor - A exaltação CAP. VII - Dos fins ou resoluções do discurso- 0 juízo ou sentença final - A dúvida A ciência - A opinião - A

consciência - A crença - A fê CAP. VIII - Das virtudes vulgarmente chamadas intelectuais, e dos defeitos contrários a estas - Definição da virtude intelectual - 0 talento, natural ou adquirido - 0 talento natural - 0 bom .talento, ou imaginação - 0 bom juízo - A discrição - A prudência A habilidade - 0 talento adquirido - A leviandade - A loucura - A raiva - A melancolia - A linguagem insignificante CAP, IX - Dos diferentes objetos do conhecimento CAP. X - Do poder, valor, dignidade, honra e merecimento - 0 poder - 0 valor - A dignidade - Honrar e

desonrar - Honroso - Desonroso - Os escudos - Os títulos de honra - 0 merecimento - A aptidão CAP. XI - Das diferenças de costumes - 0 que aqui se entende por costumes -.Um Irrequieto desejo de poder, em todos os homens - 0 gosto pela disputa derivado do gosto pela competição - A obediência civil derivada do gosto pelo copo farto - Derivado do medo da morte ou dos ferimentos - E do amor dos artes - 0 amor à virtude derivado do amor à lisoqja - 0 ódio derivado da dificuldade de obter grandes bengilcios - E da consciência de merecer ser odiado - A tendência para ferir derivada do medo - E da desconfiança no próprio talento - Os empreendimentos vão derivados da vanglória - A ambição derivada da opinião de suficiência - A irresolução derivada do exagero da importância das pequenas coisas - A confiança nos outros derivada da ignorância dos sinais da sabedoria e da bondade - E da ignorância das causas naturais - E da falta de entendimento - A aceitação dos costumes derivada da ignorância da natureza do bem e do mal - A aceitação dos indivíduos derivada da Ignorância das causas da paz - A credulidade derivada da ignorância da natureza - A curiosidade de saber derivada da preocupação com o tempo futuro - A religião natural da mesma CAP. XII - Da religião - A religião, só no homem - Primeiro, a partir de seu desejo de conhecer as causas - A partir da consideração do Início das coisas - A partir de sua observação das seqüelas das coisas - A causa natural da religião: a ansiedade quanto aos tempos vindouros - 0 que os faz temer o poder das coisas invisíveis - E sapo ias incorpóreas - Mas sem conhecer a maneira como elas gretam alguma coisa – Mas venerá-las tal como veneram os homens - E atribuir-lhes toda espécie de acontecimentos extraordinários - Quatro corsas, as sementes naturais da religião – Tornadas diferentes pelo cultivo - A absurda opinião do gentilismo - Os desígnios dos autores da religião dos pagãos - A verdadeira religião, o mesmo que as leis do reino de Deus - As causas de mudança na religião - A imposição de crenças impossíveis – Agir contrariamente d religião que estabelecem - Falta de testemunhos dos milagres CAP. XIII - Da condição natural da humanidade relativamente a sua felicidade e miséria - Os homens iguais

por natureza - Da igualdade deriva a desconfiança - Da desconfiança, a geena - Fora dos estados civis, há sempre guerra de todos contra todos – Os inconvenientes de uma tal geena - Numa tal guerra, nada é injusto - As paixões que levam os homens a tender para a paz CAP. XIV - Da primeira e segunda leis naturais, e dos contratos - 0 que é o direito de natureza - 0 que é a Liberdade - 0 que é uma lei de natureza - Diferença entre direito e !et - Naturalmente, todo homem tem direito a tudo - A lei fundamental de natureza - A segunda lei de natureza - 0 que é abandonar um direito - 0 que é renunciar a um direito - 0 que é transferir o direito - A obrigação - 0 dever - A injustiça - todos os direitos são alienáveis - 0 que é um contrato - 0 que é um pacto - A doação - Sinais expressos de contrato - Sinais de contrato por referência - A doação feita através de palavras do presente ou do passado - Os sinais do contrato são palavras tanto do passado e do presente como do futuro - 0 que é o mérito - Os pactos de confiança mútua: quando são inválidos - 0 direito aos fins contém o direito aos meios - Não há pactos com os animais - Nem com Deus sem revelação especial - S6 há pacto a respeito do possível e do futuro - Como os pactos se tornam nulos - Os pactos extorquidos pelo medo são válidos - 0 pacto anterior torna nulo o pacto posterior feito com outros - 0 pacto no

sentido de alguém não se defender é nulo - Ninguém pode ser obrigado a acusar-se a si mesmo - A finalidade do juramento - A forma do juramento - Só a Deus se faz juramento - O juramento nada acrescenta à obrigação

- CAP. XV - De outras leis de natureza - A terceira lei de natureza: a justiça - O que são a justiça e a injustiça - A justiça e a propriedade têm início com a constituição do Estado - A justiça não é contrária à razão - Os pactos não são anulados pelo vício da pessoa com quem são celebrados - O que é a justiça dos homens, e a justiça das ações - A justiça dos costumes e a justiça das ações - O que é feito a alguém com seu próprio consentimento não é injúria - A justiça comutativa e a distributiva - A quarta lei de natureza: a gratidão - A quinta: a acomodação mútua, ou complacência - A sexta: facilidade em perdoar - A sétima: que nas vinganças se considere apenas o bem futuro - A oitava, contra a insolência - A nona, contra o orgulho - A décima, contra a arrogância - A décima primeira: a equidade - A décima segunda: uso igual das coisas comuns - A décima terceira: da divisão - A décima quarta: da primo genitura e da primeira posse - A décima quinta: dos mediadores - A décima sexta: da submissão à arbitragem - A décima sétima: ninguém pode ser seu próprio juiz - A décima oitava: ninguém pode ser juiz quando tem alguma causa natural de parcialidade - A décima nona: do testemunho - Uma regra através da qual é fácil examinar as leis de natureza - As leis de natureza são sempre obrigatórias em consciência, mas só o são com efeito quando há segurança - As leis de natureza são eternas, mas são acessíveis - A ciência destas leis é a verdadeira filosofia moral
- CAP. XVI - Das pessoas, autores e coisas personificadas - O que é uma pessoa - Pessoa natural e artificial - De onde vem a palavra pessoa - Ator, autor, autoridade - Os pactos por autoridade obrigam o autor - Mas não o ator - A autoridade deve ser mostrada - As coisas personificadas, inanimadas - Irracionais; falsos deuses; o verdadeiro Deus - Como uma multidão de homem é uma pessoa - Cada um é autor - Um ator podem ser muitos homens feitos um só por pluralidade de votos - Os representantes são ineficazes quando em número par - O voto negativo

SEGUNDA PARTE

DO ESTADO

- CAP. XVII - Das causas, geração e definição de um Estado - Da finalidade do Estado, a segurança pessoal; que não pode vir da lei de natureza; nem da conjunção de uns poucos homens ou famílias; nem de uma grande multidão, se não for dirigida por um só julgamento; e assim sucessivamente - Por que certas criaturas destituídas de razão apesar disso vivem em sociedade, sem qualquer poder coercitivo - A geração de um Estado - A definição de um Estado - O que são o soberano e o súdito
- CAP. XVIII - Dos direitos dos soberanos por instituição - O que é o ato de instituição de um Estado - As consequências dessa instituição: 1. Os súditos não podem mudar a forma de governo - 2. O soberano não pode ser privado de seu poder - 3. Ninguém pode sem injustiça protestar contra a instituição do soberano declarada pela maioria - 4. As ações do soberano não podem ser justamente acusadas pelo súdito - 5. Nada do que o soberano faz pode ser punido pelo súdito - 6. O soberano é o juiz de tudo O que é necessário para a paz e a defesa de seus súditos - E julga quais as doutrinas próprias para lhes serem ensinadas - 7. O direito de elaborar regras pelas quais cada súdito possa saber o que é seu, e que nenhum outro súdito pode sem injustiça lhe tirar - 8. Também a ele pertence o direito de toda a judicatura e decisão de controvérsias 9. E de fazer a guerra e a paz, da maneira que melhor lhe parecer - 10. E de escolher todos os conselheiros e ministros, tanto na paz como na guerra - 11. E de recompensar e castigar, e (quando nenhuma lei anterior for estabelecido uma medida) o arbitrário - 12. E o da honra e ordem - Estes direitos são indivisíveis - E por nenhuma outorga podem ser transferidos sem direta renúncia do poder soberano - O poder e honra dos súditos se desvanecem na presença do soberano poder - O poder soberano é menos prejudicial do que sua ausência, e o prejuízo deriva em sua maior parte da falta de uma pronta submissão a um prejuízo menor
- CAP. XIX - Das diversas espécies de governo por instituição, e da sucessão do poder soberano - As diferentes formas de governo são apenas três - Tirania e oligarquia não passam de nomes diferentes da monarquia e da aristocracia - Os perigos dos representantes subordinados - Comparação da monarquia com as assembleias soberanas - Do direito de sucessão - O monarca atual tem o direito de decidir a sucessão - A sucessão realizada mediante palavras expressas ou pela ausência de controle de um costume; ou pela suposição de uma afeição natural - Decidir da sucessão, mesmo em favor do rei de outra nação, não é ilegítimo
- CAP. XX - Do domínio paterno e despótico - O Estado por aquisição - Em que difere do Estado por instituição - Os direitos da soberania são em ambos os mesmos Como se chega ao domínio paterno - Não por geração, mas por contrato; ou educação; ou anterior sujeição de um dos pais ao outro - O direito de sucessão segue-se das regras da posse - Como se chega ao domínio despótico - Não pela vitória, mas

CAP. XV - De outras leis de natureza - A terceira lei de natureza: a justiça - 0 que são a justiça e a injustiça - A justiça e a propriedade têm início com a constituição do Estado - A justiça não é contrária à razão - Os pactos não são anulados pelo vício da pessoa com quem são celebrados - 0 que é a justiça dos homens, e a justiça das ações - A justiça dos costumes e a justiça das ações - 0 que é feito a alguém com seu próprio consentimento não é injúria - A justiça comutativa e a distributiva - A quarta lei de natureza: a gratidão - A quinta: a acomodação mútua, ou complacência - A sexta: facilidade em perdoar - A sétima: que nas vinganças se considere apenas o bem futuro - A oitava, contra a insolência - A nona, contra o orgulho - A décima, contra a arrogância - A décima primeira: a equidade - A décima segunda: uso igual das coisas comuns - A décima terceira: da divisão - A décima quarta: da primo genitura e da primeira posse - A décima quinta: dos mediadores - A décima sexta: da submissão à arbitragem - A décima sétima: ninguém pode ser seu próprio juiz - A décima oitava: ninguém pode ser juiz quando tem alguma causa natural de parcialidade - A décima nona: do testemunho - Uma regra através da qual é fácil examinar as leis de natureza - As leis de natureza são sempre obrigatórias em consciência, mas só o são com efeito quando há segurança - As leis de natureza são eternas, mas são acessíveis - A ciência destas leis é a verdadeira filosofia moral CAP. XVI - Das pessoas, autores e coisas personificadas - 0 que é uma pessoa - Pessoa natural e artificial - De onde vem a palavra pessoa - Ator, autor, autoridade - Os pactos por autoridade obrigam o autor - Mas não o ator - A autoridade deve ser mostrada - As coisas personificadas, inanimadas - Irracionais; falsos deuses; o verdadeiro Deus - Como uma multidão de homens é uma pessoa - Cada um é autor - Um ator podem ser muitos homens feitos um só por pluralidade de votos - Os representantes são improficuos quando em número par - 0 voto negativo

SEGUNDA PARTE

DO ESTADO CAP. XVII - Das causas, geração e definição de um Estado - Da finalidade do Estado, a segurança pessoal; que não pode vir da lei de natureza; nem da conjunção de uns poucos homens ou famílias; nem de uma grande multidão, se não for dirigida por um só julgamento; e assim sucessivamente - Por que certas criaturas destituídas de razão apesar disso vivem em sociedade, sem qualquer poder coercitivo - A geração de um Estado - A definição de um Estado - 0 que são o soberano e o súdito CAP. XVIII - Dos direitos dos soberanos por instituição - 0 que é o ato de instituição de um Estado - As conseqüências dessa instituição: 1. Os súditos não podem mudar a forma de governo - 7. 0 soberano não pode ser privado de seu poder - 3. Ninguém pode sem injustiça protestar contra a instituição do soberano declarada pela maioria - 4. As ações do soberano não podem ser justamente acusadas pelo súdito - 5. Nada do que o soberano faz pode ser punido pelo súdito - 6. 0 soberano é o juiz de tudo 0 que é necessário para a paz e a defesa de seus súditos - E julga quais as doutrinas próprias para lhes serem ensinadas - 7. 0 direito de elaborar regras pelas quais cada súdito possa saber o que é seu, e que nenhum outro súdito pode sem injustiça lhe tirar - 8. Também a ele pertence o direito de toda judicatura e decisão de controvérsias 9. E de fazer a guerra e a paz, da maneira que melhor lhe parecer -10. E de escolher todos os conselheiros e ministros, tanto na paz como na guerra -11. E de recompensar e castigar, e (quando nenhuma lei anterior for estabelecido uma medida) o arbitrário -12. E o da honra e ordem - Estes direitos são indivisíveis - E por nenhuma outorga podem ser transferidos sem direta renúncia do poder soberano - 0 poder e honra dos súditos se desvanecem na presença do soberano poder - 0 poder soberano é menos prejudicial do que sua ausência, e o prejuízo deriva em sua maior parte da falta de uma pronta submissão a um prejuízo menor CAP. XIX - Das diversas espécies de governo por instituição, e da sucessão do poder soberano - As diferentes formas de governo são apenas três - Tirania e oligarquia não passam de nomes diferentes da monarquia e da aristocracia - Os perigos dos representantes subordinados - Comparação da monarquia com as assembléias soberanas - Do direito de sucessão - 0 monarca atual tem o direito de decidir a sucessão - A sucessão realizada mediante palavras expressas ou pela ausência de controle de um costume; ou pela suposição de uma afeição natural - Decidir da sucessão, mesmo em favor do rei de outra nação, não é ilegítimo CAP. XX - Do domínio paterno e despótico - 0 Estado por aquisição - Em que difere do Estado por instituição - Os direitos da soberania são em ambos os mesmos Como se chega ao domínio paterno - Não por geração, mas por contrato; ou educação; ou anterior sujeição de um dos pais ao outro - 0

direito de sucessão segue-se das regras da posse - Como se chega ao domínio despótico - Não pela vitória, mas

- pelo consentimento dos vassallos - Diferença entre uma família e um reino - Os direitos da monarquia tirados das Escrituras - Em todos os Estados o poder soberano deve ser absoluto
- CAP. XXI - Da liberdade dos súditos - O que é a liberdade - O que é ser livre - O medo e a liberdade são compatíveis - A liberdade e a necessidade são compatíveis - Os laços artificiais, ou convenções - A liberdade dos súditos consiste na liberdade em relação às convenções - A liberdade do súdito é compatível com o poder ilimitado do soberano - A liberdade louvada pelos autores é a liberdade dos soberanos, não a dos particulares - Como medir-se a liberdade dos súditos - Os súditos têm a liberdade de defender seus próprios corpos, mesmo contra aqueles que legitimamente os atacam; não podem ser obrigados a prejudicar-se a si mesmos; não podem ser obrigados a fazer a guerra, a não ser que voluntariamente o aceitem - A maior liberdade dos súditos depende do silêncio da lei - Em que casos os súditos estão dispensados da obediência a seu soberano - Em caso de cativo - Caso o soberano renuncie ao governo, para si próprio e seus herdeiros - Em caso de banimento - Caso o soberano se torne súdito de um outro
- CAP. XXII - Dos sistemas sujeitos, políticos e privados - Os diversos tipos de sistemas de pessoas - Em todos os corpos políticos o poder do representante é limitado - Por cartas de patente, e pelas leis - Quando o representante é um só homem, seus atos não autorizados são apenas seus - Quando é uma assembleia, é apenas o ato dos que assentiram - Quando o representante é um só homem, se tiver dinheiro emprestado ou uma dívida, por contrato, só ele é vinculado, não os membros - Quando é uma assembleia, só são vinculados os que assentiram - Se o credor pertencer à assembleia, só o corpo fica submetido à obrigação - O protesto contra os decretos dos corpos políticos é por vezes legítimo, mas nunca o é contra o poder soberano - Os corpos políticos para governo de uma província, colônia ou cidade - Os corpos políticos para a regulação do comércio - Um corpo político para conselho a ser dado ao soberano - Um corpo privado regular, legítimo, como uma família - Corpos privados regulares mas ilegítimos - Sistemas irregulares, tais como as ligas privadas - Facções relativas ao governo
- CAP. XXIII - Dos ministros públicos do poder soberano - Quem é ministro público - Ministros para administração geral - Para administração especial, como para a economia - Para a instrução do povo - Para a administração da justiça - Para a execução - Os conselheiros cuja única função é de assessoria não são ministros públicos
- CAP. XXIV - Da nutrição e procriação de um Estado - O alimento de um Estado consiste nos bens do mar e da terra, e em sua correta distribuição - Toda propriedade privada da terra deriva originariamente da distribuição arbitrária pelo soberano - A propriedade de um súdito não exclui o domínio do soberano, mas apenas o dos outros súditos - O poder público não deve ter uma propriedade delimitada - Os lugares e objetos do comércio exterior dependem, quanto à sua distribuição, do soberano - As leis de transferência da propriedade também competem ao soberano - O dinheiro é o sangue do Estado - A conduta e regulação do dinheiro para uso público - As colônias são os filhos do Estado
- CAP. XXV - Do conselho - O que é o conselho - Diferenças entre ordem e conselho - O que são a exortação e a dissuasão - Diferenças entre conselheiros adequados e inadequados
- CAP. XXVI - Das leis civis - O que é a lei civil - O soberano é legislador - E não está sujeito à lei civil - O costume é lei, não em virtude do tempo, mas do consentimento do soberano - A lei de natureza e a lei civil incluem-se reciprocamente - As leis provinciais não são feitas pelos costumes, mas pelo poder soberano - Algumas insensatas opiniões dos juristas relativamente à feitura das leis - Sir Edward Coke Sobre Littleton Liv.2, Cap. 6, Fl. 97 b - A lei que é feita sem ser tornada conhecida não é lei - Todas as leis não escritas são leis de natureza - Não há lei quando o legislador não pode ser conhecido - Diferença entre verificar e autorizar - A lei verificada pelo juiz subordinado - Pelos registros públicos - Por cartas patentes e selo público - A interpretação da lei depende do poder soberano - Todas as leis precisam de interpretação - A autêntica interpretação da lei não é a dos autores - O intérprete da lei é o juiz dando sentença viva você em cada caso particular - A sentença de um juiz não o obriga, nem a outro juiz, a dar sentença idêntica em todos os casos futuros - A diferença entre a letra e a sentença da lei - As aptidões necessárias num juiz - Divisões da lei - Outra divisão da lei - Como a lei positiva divina é conhecida como lei - Outra divisão das leis - O que é uma lei fundamental - Diferença entre lei e direito; e entre uma lei e uma carta
- CAP. XXVII - Dos crimes, desculpas e atenuantes - O que é o pecado - O que é um crime - Onde não há lei civil não há crime - A ignorância da lei civil às vezes constitui desculpa - A ignorância do soberano não constitui desculpa - A ignorância da pena não constitui desculpa - As punições declaradas antes do fato constituem desculpa para maiores punições depois dele - Nada pode ser tornado crime por uma lei

pelo consentimento dos vencidos - Diferença entre uma família e um reino - Os direitos da monarquia tirados das Escrituras - Em todos os Estados o poder soberano deve ser absoluto CAP. XXI - Da liberdade dos súditos - O que é a liberdade - O que é ser livre - O medo e a liberdade são compatíveis - A liberdade e a necessidade são compatíveis - Os laços artificiais, ou convenções - A liberdade dos súditos consiste na liberdade em relação às convenções - A liberdade do súdito é compatível com o poder ilimitado do soberano - A liberdade louvada pelos autores é a liberdade dos soberanos, não a dos particulares - Como medir-se a liberdade dos súditos - Os súditos têm a liberdade de defender seus próprios corpos, mesmo contra aqueles que legitimamente os atacam; não podem ser obrigados a prejudicar-se a si mesmos; não podem ser obrigados a fazer a guerra, a não ser que voluntariamente o aceitem - A maior liberdade dos súditos depende do silêncio da lei - Em que casos os súditos estão dispensados da obediência a seu soberano - Em caso de cativo - Caso o soberano renuncie ao governo, para si próprio e seus herdeiros - Em caso de banimento - Caso o soberano se torne súdito de um outro CAP. XXII - Dos sistemas sujeitos, políticos e privados - Os diversos tipos de sistemas de pessoas - Em todos os corpos políticos o poder do representante é limitado - Por cartas de patente, e pelas leis - Quando o representante é um só homem, seus atos não autorizados são apenas seus - Quando é uma assembleia, é apenas o ato dos que assentiram - Quando o representante é um só homem, se tiver dinheiro emprestado ou uma dívida, por contrato, só ele é vinculado, não os membros - Quando é uma assembleia, só são vinculados os que assentiram - Se o credor pertencer à assembleia, só o corpo fica submetido à obrigação - O protesto contra os decretos dos corpos políticos é por vezes legítimo, mas nunca o é contra o poder soberano - Os corpos políticos para governo de uma província, colônia ou cidade - Os corpos políticos para a regulação do comércio - Um corpo político para conselho a ser dado ao soberano - Um corpo privado regular, legítimo, como uma família - Corpos privados regulares mas ilegítimos - Sistemas irregulares, tais como as ligas privadas - Facções relativas ao governo CAP. XXIII - Dos ministros públicos do poder soberano - Quem é ministro público - Ministros para administração geral - Para administração especial, como para a economia - Para a instrução do povo - Para a administração da justiça - Para a execução - Os conselheiros cuja única função é de assessoria não são ministros públicos CAP. XXIV - Da nutrição e procriação de um Estado - O alimento de um Estado consiste nos bens do mar e da terra, e em sua correta distribuição - Toda propriedade privada da terra deriva originariamente da distribuição arbitrária pelo soberano - A propriedade de um súdito não exclui o domínio do soberano, mas apenas o dos outros súditos - O poder público não deve ter uma propriedade delimitada - Os lugares e objetos do comércio exterior dependem, quanto à sua distribuição, do soberano - As leis de transferência da propriedade também competem ao soberano - O dinheiro é o sangue do Estado - A conduta e regulação do dinheiro para uso público - As colônias são os filhos do Estado CAP. XXV - Do conselho - O que é o conselho - Diferenças entre ordem e conselho - O que são a exortação e a

dissuasão - Diferenças entre conselheiros adequados e inadequados CAP. XXVI - Das leis civis - O que é a lei civil - O soberano é legislador - E não está sujeito à lei civil - O costume é lei, não em virtude do tempo, mas do consentimento do soberano - A lei de natureza e a lei civil incluem-se reciprocamente - As leis provinciais não são feitas pelos costumes, mas pelo poder soberano - Algumas insensatas opiniões dos juristas relativamente à feitura das leis - Sir Edward Coke Sobre Littleton Liv.2, Cap. 6, Fl. 97 b - A lei que é feita sem ser tornada conhecida não é lei - Todas as leis não escritas são leis de natureza - Não há lei quando o legislador não pode ser conhecido - Diferença entre verificar e autorizar - A lei verificada pelo juiz subordinado - Pelos registros públicos - Por cartas patentes e selo público - A interpretação da lei depende do poder soberano - Todas as leis precisam de interpretação - A autêntica interpretação da lei não é a dos autores - O intérprete da lei é o juiz dando sentença viva você em cada caso particular - A sentença de um juiz não obriga, nem a outro juiz, a dar sentença idêntica em todos os casos futuros - A diferença entre a letra e a sentença da lei - As aptidões necessárias num juiz - Divisões da lei - Outra divisão da lei - Como a lei positiva divina é conhecida como lei - Outra divisão das leis - O que é uma lei fundamental - Diferença entre lei e direito; e entre uma lei e uma carta CAP. XXVII - Dos crimes, desculpas e atenuantes - O que é o pecado - O que é um crime - Onde não há lei civil não há crime - A ignorância da lei civil às vezes constitui desculpa - A ignorância do soberano não constitui desculpa - A ignorância da pena não constitui

desculpa - As punições declaradas antes do fato constituem desculpa para maiores punições depois dele - Nada pode ser tornado crime por uma lei

feita depois do fato - Os falsos princípios do bem e do mal como causas do crime - Falsos mestres interpretando erradamente a lei de natureza, e falsas inferências feitas pelos mestres a partir de princípios verdadeiros - Por suas paixões, presunção de riqueza, e amigos; sabedoria - Ódio, concupiscência, ambição, cobiça, como causas do crime O medo é às vezes causa do crime, como por exemplo quando o perigo não é presente bem corpóreo - Nem todos os crimes são iguais - Desculpas totais - Desculpas contra o autor - A presunção de poder constitui uma agravante - Os maus mestres constituem uma atenuante - Os exemplos de impunidade são atenuantes - A premeditação é uma agravante - A aprovação tácita do soberano é uma atenuante - Comparação dos crimes por seus efeitos - Lesa-majestade - Suborno e falso testemunho - Fraude Contrafação da autoridade - Comparação dos crimes contra os particulares - O que são os crimes públicos

- C AP. XXVIII - Das penas e das recompensas - Definição de pena - De onde deriva o direito de punir - As injúrias privadas e vinganças não são penas; nem a negação de preferências; nem a pena infligida sem audiência pública; nem a pena infligida pelo poder usurpado; nem a pena infligida sem respeito pelo bem futuro - As más e consequências naturais não são penas - O dano infligido, se for menor que o benefício resultante da transgressão, não é pena - Quando a pena está incluída na lei, um dano maior não é pena, e sim hostilidade - O dano infligido por um fato anterior à lei não é pena - O representante do Estado não pode ser punido - O dano infligido a súditos revoltados é o por direito de guerra, não na qualidade de pena - Penas corporais Capitais - Ignomínia - Prisão - Exílio - A punição de súditos inocentes é contrária à lei de natureza - Mas o dano infligido durante a guerra a inocentes não o é; nem aquele que é infligido por rebeldes declarados - A recompensa pode ser salário ou graça Os benefícios concedidos por medo não são recompensas - Salários fixos e ocasionais
- CAP. XXIX - Das coisas que enfraquecem, ou levam à dissolução de um Estado - A dissolução dos Estados deriva de sua instituição imperfeita - Falta de poder absoluto - Julgamento privado do bem e do mal - Consciência errônea - Pretensão à inspiração - Sujeição do poder soberano às leis civis - Atribuição de propriedade absoluta aos súditos - Divisão do poder soberano - Imitação das nações vizinhas - Imitação dos gregos e dos romanos - Governo misto - Falta de dinheiro - Monopólios e abusos dos publicanos - Homens populares - Excessivo tamanho de uma cidade, multiplicação das corporações - Liberdade de disputar contra o poder soberano - Dissolução do Estado
- CAP. XXX - Do cargo do soberano representante - Procurar conseguir o bem do povo - Pela instrução e pelas leis - Contra o dever do soberano renunciar a qualquer direito essencial da soberania; ou não fazer que se casinem ao povo seus fundamentos - Objeção dos que dizem que não há princípios de razão para a soberania absoluta - Objeção baseada na incapacidade do vulgo - Os súditos devem ser ensinados, e não afetar as mudanças de governo; nem prestar adesão (contra o soberano) a homens populares, nem disputar contra o poder soberano; devem ter dias destinados à aprendizagem de seu dever, e honrar seus pais - E evitar a prática de injúrias, e fazer tudo sinceramente e de coração - O uso das Universidades - Igualdade dos impostos - Caridade pública - Prevenção da ociosidade - O que são as boas leis - As que são necessárias - As que são evidentes - Penas - Recompensas - Conselheiros - Comandos Militares
- CAP. XXXI - Do Reino de Deus por natureza - Objetivo dos capítulos seguintes - Quem são os súditos do Reino de Deus - Uma tripla palavra de Deus: razão, revelação e profecia - Um duplo Reino de Deus: natural e profético - O direito de soberania de Deus é derivado de sua onipotência - O pecado não é a causa de toda aflição - As leis divinas - O que são a honra e a veneração - Diversos sinais de honra - Adoração natural e arbitrária - Adoração ordenada e livre - Adoração pública e privada - Finalidade da adoração - Atributos da honra divina - Ações que são sinais da honra divina - A adoração pública consiste na uniformidade - Todos os atributos dependem das leis civis - Nem todas as ações - Punições naturais - Conclusão da segunda parte

TERCEIRA PARTE

DO ESTADO CRISTÃO

- CAP. XXXII - Dos princípios da política cristã - A palavra de Deus, transmitida pelos Profetas, é o princípio mais importante da política cristã - Mas não deve renunciar-se à razão natural - O que é cativar o entendimento - Como Deus fala aos homens Através de que sinais são conhecidos os profetas - Os

feita depois do fato - Os falsos princípios do bem e do mal como causas do crime - Falsos mestres interpretando erradamente a lei de natureza, e falsas inferências feitas pelos mestres a partir de princípios verdadeiros - Por suas paixões, presunção de riqueza, e amigos; sabedoria - Ódio, concupiscência, ambição, cobiça, como causas do crime - O medo é às vezes causa do crime, como por exemplo quando o perigo não é presente bem corpóreo - Nem todos os crimes são iguais - Desculpas totais - Desculpas contra o autor - A presunção de poder constitui uma agravante - Os maus mestres constituem uma atenuante - Os exemplos de impunidade são atenuantes - A premeditação é uma agravante - A aprovação tácita do soberano é uma atenuante - Comparação dos crimes por seus efeitos - Lesa-majestade - Suborno e falso testemunho - Fraude Contrafação da autoridade - Comparação dos crimes contra os particulares - O que são os crimes públicos C AP. XXVIII - Das penas e das recompensas - Definição de pena - De onde deriva o direito de punir - As injúrias privadas e vinganças não são penas; nem a negação de preferências; nem a pena infligida sem audiência pública; nem a pena infligida pelo poder usurpado; nem a pena infligida sem respeito pelo bem futuro - As más e consequências naturais não são penas - O dano infligido, se for menor que o benefício resultante da transgressão, não é pena - Quando a pena está incluída na lei, um dano maior não é pena, e sim hostilidade - O dano infligido por um fato anterior à lei não é pena - O representante do Estado não pode ser punido - O dano infligido a súditos revoltados é o por direito de guerra, não na qualidade de pena - Penas corporais Capitais - Ignomínia - Prisão - Exílio - A punição de súditos inocentes é contrária à lei de natureza - Mas o dano infligido durante a guerra a inocentes não o é; nem aquele que é infligido por rebeldes declarados - A recompensa pode ser salário ou graça Os benefícios concedidos por medo não são recompensas - Salários fixos e ocasionais CAP. XXIX - Das coisas que enfraquecem, ou levam à dissolução de um Estado - A dissolução dos Estados deriva de sua instituição imperfeita - Falta de poder absoluto - Julgamento privado do bem e do mal - Consciência errônea - Pretensão à inspiração - Sujeição do poder soberano às leis civis - Atribuição de propriedade absoluta aos súditos - Divisão do poder soberano - Imitação das nações vizinhas - Imitação dos gregos e dos romanos - Governo misto - Falta de dinheiro - Monopólios e abusos dos publicanos - Homens populares - Excessivo tamanho de uma cidade, multiplicação das corporações - Liberdade de disputar contra o poder soberano - Dissolução do Estado CAP. XXX - Do cargo do soberano representante - Procurar conseguir o bem do povo - Pela instrução e pelas leis - Contra o dever do soberano renunciar a qualquer direito essencial da soberania; ou não fazer que se ensinam ao povo seus fundamentos - Objeção dos que dizem que não há princípios de razão para a soberania absoluta - Objeção baseada na incapacidade do vulgo - Os súditos devem ser ensinados, e não afetar as mudanças de governo; nem prestar adesão (contra o soberano) a homens populares, nem disputar contra o poder soberano; devem ter dias destinados à aprendizagem de seu dever, e honrar seus pais - E evitar a prática de injúrias, e fazer tudo sinceramente e de coração - O uso das Universidades - Igualdade dos impostos - Caridade pública - Prevenção da ociosidade - O que são as boas leis - As que são necessárias - As que são evidentes - Penas - Recompensas - Conselheiros - Comandos Militares CAP. XXXI - Do Reino de Deus por natureza - Objetivo dos capítulos seguintes - Quem são os súditos do Reino de Deus - Uma tripla palavra de Deus: razão, revelação e profecia - Um duplo Reino de Deus: natural e profético - O direito de soberania de Deus é derivado de sua onipotência - O pecado não é a causa de toda aflição - As leis divinas - O que são a honra e a veneração - Diversos sinais de honra - Adoração natural e arbitrária - Adoração ordenada e livre - Adoração pública e privada - Finalidade da adoração - Atributos da honra divina - Ações que são sinais da honra divina - A adoração pública consiste na uniformidade - Todos os atributos dependem das leis civis - Nem todas as ações - Punições naturais - Conclusão da segunda parte

TERCEIRA PARTE

DO ESTADO CRISTÃO CAP. XXXII - Dos princípios da política cristã - A palavra de Deus, transmitida pelos Profetas, é o princípio

mais importante da política cristã - Mas não deve renunciar-se à razão natural - O que é cativar o entendimento - Como Deus fala aos homens Através de que sinais são conhecidos os profetas - Os

- sinais de um profeta na antiga lei são os milagres e a doutrina conforme à lei - Cessando os milagres, cessam também os profetas, e as Escrituras tomam seu lugar
- CAP. XXXIII - Do número, antiguidade, alcance, autoridade e intérpretes dos livros das Sagradas Escrituras - Dos livros das Sagradas Escrituras - Sua antiguidade - O Pentateuco não foi escrito por Moisés - O livro de Josué foi escrito depois de seu tempo - Os livros dos Juizes e de Rute foram escritos muito depois do cativoiro - O mesmo ocorreu com os livros de Samuel - Os livros dos Reis, e as Crônicas - Esdras e Neemias - Ester - Jó - Os Salmos - Os provérbios - O Eclesiastes e os Cânticos - Os Profetas - O Novo Testamento - Formulação do problema da autoridade das Escrituras - Sua autoridade e interpretação
- CAP. XXXIV - Do significado de espírito, anjo e inspiração nos livros das Sagradas Escrituras - O sentido de corpo e espírito nas Escrituras - O Espírito de Deus tear nas Escrituras às vezes o sentido de um vento, um hábito - Em segundo lugar, o de extraordinários dons de entendimento - Em terceiro lugar, o de extraordinários sentimentos - Em quarto lugar, o de dons de predição por intermédio de sonhos e visões - Em quinto lugar, o de vida - Em sexto lugar, o de subordinação à autoridade - Em sétimo lugar, o de corpos aéreos - O que é um anjo - O que é a inspiração
- CAP. XXXV - Do significado de Reino de Deus, Santo, Sagrado e Sacramento nas Escrituras - O Reino de Deus é entendido pelos religiosos em sentido metafísico e pelas Escrituras em sentido próprio - A origem do Reino de Deus - Que o Reino de Deus é propriamente sua soberania civil sobre um determinado povo mediante um pacto - O que é Santo - O que é Sagrado - Graus de santidade - Sacramento
- CAP. XXXVI - Da palavra de Deus e dos Profetas - O que é palavra - Tanto as palavras proferidas por Deus quanto as palavras relativas a Deus são chamadas palavras de Deus nas Escrituras - A palavra de Deus foi usada metaforicamente, em primeiro lugar, para significar os decretos e o poder de Deus - Em segundo lugar, para significar os efeitos de sua palavra - Em terceiro lugar, para significar as palavras de razão e equidade - Diversas acepções da palavra profeta - A predição de eventos futuros nem sempre é profecia - A maneira como Deus falou aos profetas - Aos profetas extraordinários do Antigo Testamento falou através de sonhos e visões - Aos profetas de vocação perpétua e supremos Deus falou no Antigo Testamento desde a sede de sua clemência, de uma maneira não indicada nas Escrituras - Aos profetas de vocação perpétua, mas subalternos, Deus falou através do Espírito - Por vezes Deus falou através de sortes - Todo homem deve examinar a probabilidade de uma pretensa vocação de profeta - Toda profecia, a não ser a do Soberano Profeta, deve ser examinada por todo súdito
- CAP. XXXVII - Dos milagres e seu uso - Um milagre é uma obra que causa admiração - E deve portanto ser raro, e não ter causa conhecida - O que a um homem parece um milagre, pode a outro não parecê-lo - A finalidade dos milagres - Definição de um milagre - Que os homens tendem a deixar-se enganar por falsos milagres - Cuidados contra a impostura dos milagres
- CAP. XXXVIII - Do significado da Vida Eterna, Inferno, Salvação, Mundo Vindouro e Redenção nas Escrituras - O lugar da eternidade de Adão, se não tivesse pecado, teria sido o Paraíso Terrestre - Textos respeitantes ao lugar da vida eterna, para os crentes - Ascensão ao céu - Lugar que ocuparão, depois do julgamento, os que nunca pertenceram ao Reino de Deus, ou que lhe pertenceram e foram expulsos - O Tártaro - A congregação dos gigantes - O lago do fogo - As trevas absolutas - Gehena e Tophet - Do sentido literal das Escrituras a respeito do inferno - Satanás e Diabo não são propriamente nomes, mas apelativos - Tormentos do inferno - As alegrias da vida eterna e a salvação são a mesma coisa - A salvação do pecado e da miséria são uma só - O lugar da salvação eterna - A redenção
- CAP. XXXIX - Do significado da palavra Igreja nas Escrituras - Igreja, casa do Senhor - O que é propriamente Ecclesia - Em que sentido a Igreja é uma pessoa - Definição de Igreja - Estado Cristão e Igreja são uma coisa só
- CAP. XL - Dos direitos do Reino de Deus em Abraão, Moisés, nos Sumos Sacerdotes e nos Reis de Judá - Os direitos soberanos de Abraão - Abraão tinha o poder exclusivo para ordenar a religião de seu próprio povo - Nenhuma pretensão de espírito privado contra a religião de Abraão - Abraão único juiz e intérprete do que Deus manifestou - Em que assentava a autoridade de Moisés - Moisés foi (abaixo de Deus) soberano dos judeus, durante toda a vida, embora Aarão exercesse o sacerdócio - Todos os espíritos estavam subordinados ao espírito de Moisés - Depois de Moisés, a soberania pertence ao Sumo Sacerdote - Do poder soberano entre a época de Josué e a de Saul - Dos direitos dos reis de Israel - A prática da supremacia na religião não existia na época dos reis, segundo o direito à mesa - Depois do cativoiro, os judeus não tiveram um Estado estabelecido

sinais de um profeta na antiga lei são os milagres e a doutrina conforme à lei - Cessando os milagres, cessam também os profetas, e as Escrituras tomam seu lugar CAP. XXXIII - Do número, antiguidade, alcance, autoridade e intérpretes dos livros das Sagradas Escrituras - Dos livros das Sagradas Escrituras - Sua antiguidade - O Pentateuco não foi escrito por Moisés - O livro de Josué foi escrito depois de seu tempo - Os livros dos Juízes e de Rute foram escritos muito depois do cativo - O mesmo ocorreu com os livros de Samuel - Os livros dos Reis, e as Crônicas - Esdras e Neemias - Ester - Jó - Os Salmos - Os provérbios - O Eclesiastes e os Cânticos - Os Profetas - O Novo Testamento - Formulação do problema da autoridade das Escrituras - Sua autoridade e interpretação CAP. XXXIV - Do significado de espírito, anjo e inspiração nos livros das Sagradas Escrituras - O sentido de corpo e espírito nas Escrituras - O Espírito de Deus tear nas Escrituras às vezes o sentido de um vento, um hálito - Em segundo lugar, o de extraordinários dons de entendimento - Em terceiro lugar, o de extraordinários sentimentos - Em quarto lugar, o de dons de predição por intermédio de sonhos e visões Em quinto lugar, o de vida - Em sexto lugar, o de subordinação à autoridade - Em sétimo lugar, o de corpos aéreos - O que é um anjo - O que é a inspiração CAP. XXXV - Do significado de Reino de Deus, Santo, Sagrado e Sacramento nas Escrituras - O Reino de Deus é entendido pelos religiosos em sentido metafísico e pelas Escrituras em sentido próprio - A origem do Reino 'de Deus - Que o Reino de Deus é propriamente sua soberania civil sobre um determinado povo mediante um pacto O que é Santo - O que é Sagrado - Graus de santidade - Sacramento CAP. XXXVI - Da palavra de Deus e dos Profetas - O que é palavra - Tanto as palavras proferidas por Deus quanto as palavras relativas a Deus são chamadas palavras de Deus nas Escrituras - A palavra de Deus foi usada metaforicamente, em primeiro lugar, para significar os decretos e o poder de Deus - Em segundo lugar, para significar os efeitos de sua palavra - Em terceiro lugar, para significar as palavras de razão e equidade - Diversas acepções da palavra profeta - A predição de eventos futuros nem sempre é profecia - A maneira como Deus falou aos profetas - Aos profetas extraordinários do Antigo Testamento falou através de sonhos e visões - Aos profetas de vocação perpétua e supremos Deus falou no Antigo Testamento desde a sede de sua clemência, de uma maneira não indicada nas Escrituras - Aos profetas de vocação perpétua, mas subalternos, Deus falou através do Espírito - Por vezes Deus falou através de sortes - Todo homem deve examinar a probabilidade de uma pretensa vocação de profeta - Toda profecia, a não ser a do Soberano Profeta, deve ser examinada por todo súdito CAP. XXXVII - Dos milagres e seu uso - Um milagre é uma obra que causa admiração - E deve portanto ser rara, e não ter causa conhecida - O que a um homem parece um milagre, pode a outro não parecê-lo - A finalidade dos milagres - Definição de um milagre - Que os homens tendem a deixar-se enganar por falsos milagres - Cuidados contra a impostura dos milagres CAP. XXXVIII - Do significado da Vida Eterna, Inferno, Salvação, Mundo Vindouro e Redenção nas

Escrituras - O lugar da eternidade de Adão, se não tivesse pecado, teria sido o Paraíso Terrestre - Textos respeitantes ao lugar da vida eterna, para os crentes - Ascensão ao céu - Lugar que ocuparão, depois do julgamento, os que nunca pertenceram ao Reino de Deus, ou que lhe pertenceram e foram expulsos - O Tártaro - A congregação dos gigantes - O lago do fogo - As trevas absolutas - Gehena e Tophet - Do sentido literal das Escrituras a respeito do inferno - Satanás e Diabo não são propriamente nomes, mas apelativos - Tormentos do inferno - As alegrias da vida eterna e a salvação são a mesma coisa - A salvação do pecado e da miséria são uma só - O lugar da salvação eterna - A redenção CAP. XXXIX - Do significado da palavra Igreja nas Escrituras - Igreja, casa do Senhor - O que é propriamente Ecclesia - Em que sentido a Igreja é uma pessoa - Definição de Igreja - Estado Cristão e Igreja são uma coisa só CAP. XL - Dos direitos do Reino de Deus em Abraão, Moisés, nos Sumos Sacerdotes e nos Reis de Judá - Os direitos soberanos de Abraão - Abraão tinha o poder exclusivo para ordenar a religião de seu próprio povo - Nenhuma pretensão de espírito privado contra a religião de Abraão - Abraão único juiz e intérprete do que Deus manifestou - Em que assentava a autoridade de Moisés - Moisés foi (abaixo de Deus) soberano dos judeus, durante toda a vida, embora Aarão exercesse o sacerdócio - Todos os espíritos estavam subordinados ao espírito de Moisés - Depois de Moisés, a soberania pertence ao Sumo Sacerdote - Do poder soberano entre a época de Josué e a de Saul - Dos direitos dos reis de Israel - A prática da supremacia na religião não existia na época dos reis, segundo o direito à mesa - Depois do cativo, os judeus não tiveram um Estado estabelecido

- CAP. XLI - Da missão do Nosso Abeçoado Salvador - As três partes da missão de Cristo - Sua missão como redentor - O Reino de Cristo não é deste mundo - A finalidade da vinda de Cristo era renovar o pacto do Reino de Deus, e persuadir os eleitos a abraçá-lo, o que constituía a segunda parte de sua missão - A pregação de Cristo não era contrária à lei dos judeus nem à de César - A terceira parte de sua missão era ser rei (abaixo de seu Pai) dos eleitos - A autoridade de Cristo no Reino de Deus é subordinada à de seu Pai - Um e mesmo Deus a pessoa representada por Moisés e por Cristo
- CAP. XLII - Do poder eclesiástico - Do Espírito Santo que desceu sobre os apóstolos - Da Trindade - O poder eclesiástico é apenas o poder de ensinar - Um argumento em favor disto é o poder do próprio Cristo: do nome de regeneração; de sua comparação com a pesca, a levedura e a sementeira - Da natureza da fé; da autoridade que Cristo conferiu aos príncipes civis - O que os cristãos podem fazer para evitar a perseguição - Dos mártires - Argumento baseado nos pontos de sua missão - Da pregação - E do ensino - Batizar, e perdoar e reter os pecados - Da excomunhão - O uso da excomunhão sem poder civil não tem efeito algum sobre um apóstata - Mas apenas sobre os fiéis - Quais asfaltas que incorrem em excomunhão - Das pessoas sujeitas a excomunhão - Do intérprete das Escrituras antes de os soberanos civis se tornarem cristãos - Do poder de transformar as Escrituras em lei - Dos dez Mandamentos - Da lei judicial e da lei levítica - A segunda lei - Quando o Antigo Testamento se tornou canônico - O Novo Testamento começou a ser canônico com os soberanos cristãos - Do poder dos Concílios para transformar as Escrituras em lei - Do direito de instituir funcionários eclesiásticos no tempo dos apóstolos - Matias instituído como apóstolo pela congregação - Paulo e Barnabé instituídos como apóstolos pela congregação - Paulo e Barnabé instituídos como apóstolos pela igreja de Antioquia - Quais os cargos da Igreja que são magisteriais - Ordenação de mestres - Que são os ministros da Igreja; e como são escolhidos - Dos readimentos eclesiásticos, sob a lei de Moisés - Na época de nosso Salvador, e depois - Os ministros do Evangelho viviam da benevolência de seus rebanhos - Que o soberano civil, sendo cristão, tem o direito de designar pastores - Somente a autoridade pastoral dos soberanos é de jure divina, e a dos outros pastores é jure civili - Os reis cristãos têm poder para desempenhar toda espécie de funções pastorais - Se o soberano civil for cristão, será cabeça da Igreja em seus próprios domínios - Exame do livro De Summo Pontifice do cardeal Belarmino - O primeiro livro - O segundo livro - O terceiro livro - O quarto livro - Os textos sobre a infalibilidade dos juízos dos Papas em pontos de fé - Textos sobre o mesmo em matéria de costumes - O problema da superioridade entre o Papa e outros bispos - Do poder temporal dos Papas
- CAP. XLIII - Do que é necessário para alguém entrar no Reino dos Céus - A dificuldade de obedecer ao mesmo tempo a Deus e ao homem não é nada para quem distingue entre o que é e o que não é necessário para a salvação - Tudo o que é necessário para a salvação está contido na fé e na obediência - Que obediência é necessária, e a que leis - Nafé do cristão, qual é a pessoa em que se acredita - As causas da fé cristã - A fé adquire-se ouvindo - D único artigo necessário da fé cristã; provado pelos propósitos dos evangelistas; pelos sermões dos apóstolos; pela facilidade da doutrina; por textos formais e claros - Pelo fato de ser o fundamento de todos os outros artigos - Em que sentido outros artigos podem ser considerados necessários - Que tanto a fé como a obediência são necessárias para a salvação - Com que cada uma delas contribui para tal - A obediência a Deus e ao soberano civil não são incompatíveis, quer seja cristão quer seja infiel

QUARTA PARTE

DO REINO DAS TREVAS

- CAP. XLIV - Das trevas espirituais resultantes da má interpretação das Escrituras - O que é o reino das trevas - A Igreja ainda não está totalmente livre das trevas - Quatro causas das trevas espirituais - Erros derivados de má interpretação das Escrituras, relativamente ao Reino de Deus - Como que o Reino de Deus é a atual Igreja; e que o Papa é seu vigário geral; e que os pastores são seu clero - Erros derivados da confusão entre consagração e conjuração - Encantamento nas cerimônias de batismo - E no casamento, na visitação dos doentes, e na consagração de lugares - Erros derivados da confusão entre vida eterna e morte para sempre; como a doutrina do purgatório, e os exorcismos, e a invocação dos santos - Os textos apresentados em apoio das doutrinas acima referidas já tinham sido refutados - Réplica ao texto em que Beza se apoia para inferir que o Reino de Cristo começou com a ressurreição - Explicação da passagem em Marcos 9 - Abuso de alguns outros textos em defesa do poder do Papa - O ritual da consagração, nas Escrituras, não incluía exorcismos - As Escrituras não provam que a

CAP. XLI - Da missão do Nosso Abençoado Salvador - As três partes da missão de Cristo - Sua missão como redentor - O Reino de Cristo não é deste mundo - A finalidade da vinda de Cristo era renovar o pacto do Reino de Deus, e persuadir os eleitos a abraçá-lo, o que constituía a segunda parte de sua missão - A pregação de Cristo não era contrária à lei dos judeus nem à de César - A terceira parte de sua missão era ser rei (abaixo de seu Pai) dos eleitos - A autoridade de Cristo no Reino de Deus é subordinada à de seu Pai - Um e mesmo Deus a pessoa representada por Moisés e por Cristo CAP. XLII - Do poder eclesiástico - Do Espírito Santo que desceu sobre os apóstolos - Da Trindade - O poder eclesiástico é apenas o poder de ensinar - Um argumento em favor disto é o poder do próprio Cristo: do nome de regeneração; de sua comparação com a pesca, a levedura e a sementeira - Da natureza da fé; da autoridade que Cristo conferiu aos príncipes civis - O que os cristãos podem fazer para evitar a perseguição - Dos mártires - Argumento baseado nos pontos de sua missão - Da pregação - E do ensino - Batizar; e perdoar e reter os pecados - Da excomunhão - O uso da excomunhão sem poder civil não tem efeito algum sobre um apóstata - Mas apenas sobre os fiéis - Quais asfaltas que incorrem em excomunhão - Das pessoas sujeitas a excomunhão - Do intérprete das Escrituras antes de os soberanos civis se tornarem cristãos - Do poder de transformar as Escrituras em lei - Dos dez Mandamentos - Da lei judicial e da lei levítica - A segunda lei - Quando o Antigo Testamento se tornou canônico - O Novo Testamento começou a ser canônico com os soberanos cristãos - Do poder dos Concílios para transformar as Escrituras em lei - Do direito de instituir funcionários eclesiásticos no tempo dos apóstolos - Matias instituído como apóstolo pela congregação - Paulo e Barnabé instituídos como apóstolos pela congregação - Paulo e Barnabé instituídos como apóstolos pela igreja de Antioquia - Quais os cargos da Igreja que são magisteriais - Ordenação de mestres - Que são os ministros da Igreja; e como são escolhidos - Dos rendimentos eclesiásticos, sob a lei de Moisés - Na época de nosso Salvador, e depois - Os ministros do Evangelho viviam da benevolência de seus rebanhos - Que o soberano civil, sendo cristão, tem o direito de designar pastores - Somente a autoridade pastoral dos soberanos é de jure divina, e a dos outros pastores é jure civili - Os reis cristãos têm poder para desempenhar toda espécie de funções pastorais - Se o soberano civil for cristão, será cabeça da Igreja em seus próprios domínios - Exame do livro De Summo Pontífice do cardeal Belarmino - O primeiro livro - O segundo livro - O terceiro livro - O quarto livro - Os textos sobre a infalibilidade dos juízos dos Papas em pontos de fé - Textos sobre o mesmo em matéria de costumes - O problema da superioridade entre o Papa e outros bispos - Do poder temporal dos Papas CAP. XLIII - Do que é necessário para alguém entrar no Reino dos Céus - A dificuldade de obedecer ao

mesmo tempo a Deus e ao homem não é nada para quem distingue entre o que é e o que não é necessário para a salvação - Tudo o que é necessário para a salvação está contido na fé e na obediência - Que obediência é necessária, e a que leis - Nafé do cristão, qual é a pessoa em que se acredita - As causas da fé cristã - A fé adquire-se ouvindo - D único artigo necessário da fé cristã; provado pêlos propósitos dos evangelistas; pêlos sermões dos apóstolos; pela facilidade da doutrina; por textos formais e claros - Pelo fato de ser o fundamento de todos os outros artigos - Em que sentido outros artigos podem ser considerados necessários - Que tanto a fé como a obediência são necessárias para a salvação - Com que cada uma delas contribui para tal - A obediência a Deus e ao soberano civil não são incompatíveis, quer seja cristão quer seja infiel

QUARTA PARTE

DO REINO DAS TREVAS

CAP. XLIV - Das trevas espirituais resultantes da má interpretação das Escrituras - O que é o reino das trevas - A Igreja ainda não está totalmente livre das trevas - Quatro causas das trevas espirituais - Erros derivados de má interpretação das Escrituras, relativamente ao Reino de Deus - Como que o Reino de Deus é a atual Igreja; e que o Papa é seu vigário geral; e que os pastores são seu clero - Erros derivados da confusão entre consagração e conjuração - Encantamento nas cerimônias de batismo - E no casamento, na visitação dos doentes, e na consagração de lugares - Erros derivados da confusão entre vida eterna e morte para sempre; como a doutrina do purgatório, e os exorcismos, e a invocação dos santos - Os textos apresentados em apoio das doutrinas acima referidas já tinham sido refutados - Réplica ao texto em que Beza se apoia para inferir que o Reino de Cristo começou com a ressurreição -

Explicação da passagem em Marcos 9 - Abuso de alguns outros textos em defesa do poder do Papa - O ritual da consagração, nas Escrituras, não incluía exorcismos - As Escrituras não provam que a

imortalidade da alma humana seja da natureza, e sim da graça - O que são os tormentos eternos - Réplica aos textos apresentados como prova do purgatório - Réplica às passagens do Novo Testamento apresentadas como prova do purgatório Como deve ser entendido o batismo dos mortos

CAP. XLV - Da demonologia e outros vestígios da religião dos gentios - A origem da demonologia - O que eram os demônios dos antigos - Como se espalhou essa doutrina - Até que ponto foi aceite pelos judeus - Por que nosso Salvador não a controlou - As Escrituras não ensinam que os espíritos sejam incorpóreos - O poder de expulsar os demônios não é o mesmo que era na Igreja primitiva - Outro vestígio do gentilismo, a adoração das imagens, foi deixada na Igreja, não implantada nela - Réplica a certos textos que parecem justificar as imagens - O que é o culto - Distinção entre culto divino e culto civil - D que é uma imagem - Fantasmas - Ficções - Imagens materiais - O que é a idolatria - Escandalosa adoração das imagens - Réplica ao argumento dos querubins e da serpente de bronze - A pintura de seres fantásticos não é idolatria, mas é o seu abuso no culto religioso - Como a idolatria foi deixada na Igreja - Canonização dos santos - O nome de Pontifex - Procissão de imagens - Velas de ceias e tochas acesas

CAP. XLVI - Das trevas resultantes de vã filosofia e das tradições fabulosas - O que é filosofia - A prudência não faz parte da filosofia - Nenhuma doutrina falsa faz parte da filosofia; nem tampouco a revelação sobrenatural; nem o saber adquirido pela aceitação dos autores - Dos inícios e progresso da filosofia - Das escolas de filosofia entre os atenienses - Das escolas dos judeus - As escolas dos gregos são improficuas - As escolas dos judeus são improficuas - O que é a Universidade - Erros introduzidos na religião pela metafísica de Aristóteles - Erros relativos às essências abstratas Nunc stans - Um corpo em diversos lugares, e diversos corpos em um só lugar ao mesmo tempo - Absurdos da filosofia natural, como a gravidade tomada como causa do peso - A quantidade posta ao corpo já feito - Infusão das almas - Ubiquidade de aparição - A vontade como causa do querer - A ignorância é uma causa oculta - Uma faz coisas incongruentes, e outra a incongruência - O apetite pessoal é a regra do bem público; e de que o matrimônio legítimo seja falta de castidade, e todo governo fora o popular seja tirania; que o governo não seja de homens, mas das leis - Leis acima da consciência - Interpretações pessoais da lei - A linguagem dos clérigos das Escolas - Erros derivados da tradição - Supressão da razão

CAP. XLVII - Do benefício resultante de tais trevas, e a quem aproveita - Aquele que recebeu o benefício de um fato deve ser considerado seu autor - Que a Igreja militante é o Reino de Deus, como primeiramente foi ensinado pela Igreja de Roma - E conservado também pelo presbitério - Infalibilidade - Sujeição aos bispos - Isenções do clero - Os nomes de sacerdotes e sacrifícios - O sacramento do matrimônio - O celibato sacerdotal - A confissão auricular - A canonização dos Santos e a declaração dos mártires - Transubstanciação, penitência, absolvição - Purgatório, indulgências, obras externas - Demonologia e exorcismo - A teologia das Escolas - Quem são os autores das trevas espirituais - Comparação do Papado com o reino das fadas

Revisão e Conclusão

AO
MEU MUI ESTIMADO AMIGO
Sr. Francis Godolphin
De Godolphin

Estimado Senhor,

Aprove a vosso mui merecedor irmão, Sr. Sidney Godolphin, quando era ainda vivo, considerar dignos de atenção a meus estudos, e além disso privilegiar-me, conforme sabeis, com testemunhos efetivos de sua boa opinião, testemunhos que em si mesmos já eram grandes, e maiores eram ainda dado o merecimento de sua pessoa. Pois de todas as virtudes que a homem é dado ter, seja a serviço de Deus, seja a serviço de seu país, da sociedade civil, ou da amizade particular, nenhuma deixava de manifestamente se revelar em sua conversação, não que fossem adquiridas por necessidade ou constituíssem uma afetação de momento, mas porque lhe eram inerentes, e rebrilhavam na generosa constituição de sua natureza. É portanto em sinal de honra e gratidão para com ele, e de devoção para convosco, que humildemente vos dedico este meu discurso sobre o Estado. Ignoro como o mundo irá recebê-lo, ou como poderá refletir-se naqueles que parecem ser-lhe favoráveis. Pois apertado entre aqueles que de um lado se batem por uma excessiva liberdade, e do outro por

imortalidade da alma humana seja da natureza, e sim da graça - 0 que são os tormentos eternos - Réplica aos textos apresentados como prova do purgatório - Réplica às passagens do Novo Testamento apresentadas como prova do purgatório Como deve ser entendido o batismo dos mortos CAP. XLV - Da demonologia e outros vestígios da religião dos gentios - A origem da demonologia - 0 que eram os demônios dos antigos - Como se espalhou essa doutrina - Até que ponto foi aceite pêlos judeus - Por que nosso Salvador não a controlou - As Escrituras não ensinam que os espíritos sejam incorpóreos - 0 poder de expulsar os demônios não é o mesma que era na Igreja primitiva - Outro vestígio do gentilismo, a adoração das imagens, foi deixada na Igreja, não implantada nela - Réplica a certos textos que parecem justificar as imagens - 0 que é o culto - Distinção entre culto divino e culto civil - D que é uma imagem - Fantasmas - Ficções - Imagens materiais - 0 que é a idolatria - Escandalosa adoração das imagens - Réplica ao argumento dos querubins e da serpente de bronze - A pintura de seres fantásticos não é idolatria, mas é-o seu abuso no culto religioso - Como a idolatria foi deixada na Igreja - Canonização dos santos - 0 nome de Pontifex - Procissão de imagens - Velas de ceias e tochas acesas CAP. XLVI - Das trevas resultantes de vã filosofia e das tradições fabulosas - 0 que é filosofia - A prudência não faz parte da filosofia - Nenhuma doutrina falsa faz parte da filosofia; nem tampouco a revelação sobrenatural; nem o saber adquirido pela aceitação dos autores - Dos inícios e progresso da filosofia - Das escolas de filosofia entre os atenienses - Das escolas dos judeus - As escolas dos gregos são improficuas - As escolas dos judeus são improficuas - 0 que é a Universidade - Erros introduzidos na religião pela metafísica de Aristóteles - Erros relativos às essências abstratas Nunc stans - Um corpo em diversos lugares, e diversos corpos em um só lugar ao mesmo tempo - Absurdos da filosofia natural, como a gravidade tomada como causa do peso - A quantidade posta no corpo já feito - Infusão das almas - Ubiquidade de aparição - A vontade como causa do querer - A ignorância é uma causa oculta - Uma faz coisas incongruentes, e outra a incongruência - 0 apetite pessoal é a regra do bem público; e de que o matrimônio legítimo seja falta de castidade, e todo governo fora o popular seja tirania; que o governo não seja de homens, mas das leis - Leis acima da consciência - Interpretações pessoais da lei - A linguagem dos clérigos das Escolas - Erros derivados da tradição - Supressão da razão CAP. XLVII - Do benefício resultante de tais trevas, e a quem aproveita - Aquele que recebeu o benefício de um fato deve ser considerado seu autor- Que a Igreja militante é o Reino de Deus, como primeiramente foi ensinado pela Igreja de Roma - E conservado também pelo presbitério - Infalibilidade - Sujeição aos bispos - Isenções do clero - Os nomes de sacerdotes e sacrifícios - 0 sacramento do matrimônio - 0 celibato sacerdotal - A confissão auricular - A canonização dos Santos e a declaração dos mártires - Transubstanciação, penitência, absolvição - Purgatório, indulgências, obras externas - Demonologia e exorcismo - A teologia das Escolas - Quem são os autores das trevas espirituais - Comparação do Papado com o reino das fadas Revisão e Conclusão

AO MEU MUI ESTIMADO AMIGO Sr. francis Godolphin De Godolphin

Estimado Senhor,

Aprove a vosso mui merecedor irmão, Sr. Sidney Godolphin, quando era ainda vivo, considerar dignos de atenção a meus estudos, e além disso privilegiar-me, conforme sabeis, com testemunhos efetivos de sua boa opinião, testemunhos que em si mesmos já eram grandes, e maiores eram ainda dado o merecimento de sua pessoa. Pois de todas as virtudes que a homem é dado ter, seja a serviço de Deus, seja a serviço de seu país, da sociedade civil, ou da amizade particular, nenhuma deixava de manifestamente se revelar em sua conversação, não que fossem adquiridas por necessidade ou constituíssem uma afetação de momento, mas porque lhe eram inerentes, e rebrilhavam na generosa constituição de sua natureza. É portanto em sinal de honra e gratidão para com ele, e de devoção para convosco, que humildemente vos dedico este meu discurso sobre o Estado. Ignoro como o mundo irá recebê-lo, ou como poderá refletir-se naqueles que parecem ser-lhe favoráveis. Pois apertado entre aqueles que de um lado se batem por uma excessiva liberdade, e do outro por

uma excessiva autoridade, é difícil passar sem ferimento por entre as lanças de ambos os lados. No entanto, creio que o esforço para aprimorar o poder civil não deverá ser pelo poder civil condenado, nem pode supor-se que os particulares, ao repreendê-lo, declarem julgar demasiado grande esse poder. Além do mais, não é dos homens no poder que falo, e sim (em abstrato) da sede do poder (tal como aquelas simples e imparciais criaturas no Capitólio de Roma, que com seu ruído defendiam os que lá dentro estavam, não porque fossem quem eram, mas apenas porque lá se encontravam), sem ofender ninguém, creio, a não ser os de fora, ou os de dentro (se de tal espécie os houver) que lhes sejam favoráveis. O que talvez possa ser tomado como ofensa são certos textos das Sagradas Escrituras, por mim usados com uma finalidade diferente da que geralmente por outros é visada. Mas fi-lo com a devida submissão, e também, dado meu assunto, porque tal era necessário. Pois eles são as fortificações avançadas do inimigo, de onde este ameaça o poder civil. E se apesar disto verificardes que meu trabalho é atacado por todos, talvez vos apraza desculpar-me, dizendo que sou um homem que ama suas próprias opiniões, que acredito em tudo o que digo, que honrei vosso irmão, como vos honro a vós, e nisso me apoié para assumir o título (sem vosso conhecimento) de ser, como sou,

Senhor,
Vosso mui humilde e
mui obediente servidor
THO. HOBBS

Paris, 15/25 de abril de 1651.

Introdução

Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens também nisto: que lhe é possível fazer um animal artificial. Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os autómatos (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice? E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o Homem. Porque pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim Civitas), que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa e o castigo (pêlos quais, ligados ao trono da soberania, todas as juntas e membros são levados a cumprir seu dever) são os nervos, que fazem o mesmo no corpo natural; a riqueza e prosperidade de todos os membros individuais são a força; Salus Populi (a segurança do povo) é seu objetivo; os conselheiros, através dos quais todas as coisas que necessita saber lhe são sugeridas, são a memória; a justiça e as leis, uma razão e uma vontade artificiais; a concórdia é a saúde; a sedição é a doença; e a guerra civil é a morte. Por último, os pactos e convenções mediante os quais as partes deste Corpo Político foram criadas, reunidas e unificadas assemelham-se àquele Fiat, ao Façamos o homem proferido por Deus na Criação.

Para descrever a natureza deste homem artificial, examinarei:

Primeiro, sua matéria, e seu artífice; ambos os quais são o homem.

Segundo, como, e através de que convenções é feito; quais são os direitos e o justo poder ou autoridade de um soberano; e o que o preserva e o desagrega.

Terceiro, o que é um Estado Cristão.

Quarto, o que é o Reino das Trevas.

uma excessiva autoridade, é difícil passar sem ferimento por entre as lanças de ambos os lados. No entanto, creio que o esforço para aprimorar o poder civil não deverá ser pelo poder civil condenado, nem pode supor-se que os particulares, ao repreendê-lo, declarem julgar demasiado grande esse poder. Além do mais, não é dos homens no poder que falo, e sim (em abstrato) da sede do poder (tal como aquelas simples e imparciais criaturas no Capitólio de Roma, que com seu ruído defendiam os que lá dentro estavam, não porque fossem quem eram, mas apenas porque lá se encontravam), sem ofender ninguém, creio, a não ser os de fora, ou os de dentro (se de tal espécie os houver) que lhes sejam favoráveis. O que talvez possa ser tomado como ofensa são certos textos das Sagradas Escrituras, por mim usados com uma finalidade diferente da que geralmente por outros é visada. Mas fi-lo com a devida submissão, e também, dado meu assunto, porque tal era necessário. Pois eles são as fortificações avançadas do inimigo, de onde este ameaça o poder civil. E se apesar disto verificardes que meu trabalho é atacado por todos, talvez vos apraza desculpar-me, dizendo que sou um homem que ama suas próprias opiniões, que acredito em tudo o que digo, que honrei vosso irmão, como vos honro a vós, e nisso me apoiei para assumir o título (sem vosso conhecimento) de ser, como sou,

Senhor,

Vosso mui humilde e

mui obediente servidor

THO. HOBBS

Paris, 15/25 de abril de 1651.

Introdução

Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens também nisto: que lhe é possível fazer um animal artificial. Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os autômatos (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois o que é o corarão, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice? E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o Homem. Porque pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim Civitas), que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa e o castigo (pêlos quais, ligados ao trono da soberania, todas as juntas e membros são levados a cumprir seu dever) são os nervos, que fazem o mesmo no corpo natural; a riqueza e prosperidade de todos os membros individuais são a força; Salus Populi (a segurança do povo) é seu objetivo; os conselheiros, através dos quais todas as coisas que necessita saber lhe são sugeridas, são a memória; a justiça e as leis, uma razão e uma vontade artificiais; a concórdia é a saúde; a sedição é a doença; e a guerra civil é a morte. Por último, os pactos e convenções mediante os quais as partes deste Corpo Político foram criadas, reunidas e unificadas assemelham-se àquele Fiat, ao Façamos o homem proferido por Deus na Criação.

Para descrever a natureza deste homem artificial, examinarei:

Primeiro, sua matéria, e seu artífice; ambos os quais são o homem. Segundo, como, e através de que convenções é feito; quais são os direitos e o justo poder ou autoridade

de um soberano; e o que o preserva e o desagrega. Terceiro, o que é um Estado Cristão. Quarto, o que é o Reino das Trevas.

Relativamente ao primeiro aspecto, há um ditado que ultimamente tem sido muito usado: que a sabedoria não se adquire pela leitura dos livros, mas do homem. Em consequência do que aquelas pessoas que regra geral são incapazes de apresentar outras provas de sua sabedoria, comprazem-se em mostrar o que pensam ter lido nos homens, através de impiedosas censuras que fazem umas às outras, por trás das costas. Mas há um outro ditado que ultimamente não tem sido compreendido, graças ao qual os homens poderiam realmente aprender a ler-se uns aos outros, se se dessem ao trabalho de fazê-lo: isto é, *Nosce te ipsam*. Lê-te a ti mesmo. O que não pretendia ter sentido, atualmente habitual, de pôr cobro à bárbara conduta dos detentores do poder para com seus inferiores, ou de levar homens de baixa estirpe a um comportamento insolente para com seus superiores. Pretendia ensinar-nos que, a partir da semelhança entre os pensamentos e paixões dos diferentes homens, quem quer que olhe para dentro de si mesmo, e examine o que faz quando pensa, opina, raciocina, espera, receia, etc., e por que motivos o faz, poderá por esse meio ler e conhecer quais são os pensamentos e paixões de todos os outros homens, em circunstâncias idênticas. Refiro-me à semelhança das paixões, que são as mesmas em todos os homens, desejo, medo, esperança, etc., e não à semelhança dos objetos das paixões, que são as coisas desejadas, temidas, esperadas, etc. Quanto a estas últimas, a constituição individual e a educação de cada um são tão variáveis, e são tão fáceis de ocultar a nosso conhecimento, que os caracteres do coração humano, emaranhados e confusos como são, devido à dissimulação, à mentira, ao fingimento e às doutrinas errôneas, só se tornam legíveis para quem investiga os corações. E, embora por vezes descubramos os desígnios dos homens através de suas ações, tentar fazê-lo sem compará-las com as nossas, distinguindo todas as circunstâncias capazes de alterar o caso, é o mesmo que decifrar sem ter uma chave, e deixar-se às vezes enganar, quer por excesso de confiança ou por excesso de desconfiança, conforme aquele que lê seja um bom ou um mau homem.

Mas mesmo que um homem seja capaz de ler perfeitamente um outro através de suas ações, isso servir-lhe-á apenas com seus conhecidos, que são muito poucos. Aquele que vai governar uma nação inteira deve ler, em si mesmo, não este ou aquele indivíduo em particular, mas o gênero humano. O que é coisa difícil, mais ainda do que aprender qualquer língua ou qualquer ciência, mas ainda assim, depois de eu ter exposto claramente e de maneira ordenada minha própria leitura, o trabalho que a outros caberá será apenas verificar se não encontram o mesmo em si próprios. Pois esta espécie de doutrina não admite outra demonstração.

PRIMEIRA PARTE

DO HOMEM

CAPÍTULO I

Da sensação

No que se refere aos pensamentos do homem, considerá-los-ei primeiro isoladamente, e depois em cadeia, ou dependentes uns dos outros. Isoladamente, cada um deles é uma representação ou aparência de alguma qualidade, ou outro acidente de um corpo exterior a nós, o que comumente se chama um objeto. O qual objeto atua nos olhos, nos ouvidos, e em outras partes do corpo do homem, e pela forma diversa como atua produz aparências diversas.

A origem de todas elas é aquilo que denominamos sensação (pois não há nenhuma concepção no espírito do homem, que primeiro não tenha sido originada, total ou parcialmente, nos órgãos dos sentidos). O resto deriva daquela origem.

Para o que agora nos ocupa, não é muito necessário conhecer a causa natural da sensação, e escrevi largamente sobre o assunto em outro lugar. Contudo, para preencher cada parte do meu presente método, repetirei aqui rapidamente o que foi dito.

A causa da sensação é o corpo exterior, ou objeto, que pressiona o órgão

Relativamente ao primeiro aspecto, há um ditado que ultimamente tem sido muito usado: que a sabedoria não se adquire pela leitura dos livros, mas do homem. Em consequência do que aquelas pessoas que regra geral são incapazes de apresentar outras provas de sua sabedoria, comprazem-se em mostrar o que pensam ter lido nos homens, através de impiedosas censuras que fazem umas às outras, por trás das costas. Mas há um outro ditado que ultimamente não tem sido compreendido, graças ao qual os homens poderiam realmente aprender a ler-se uns aos outros, se se dessem ao trabalho de fazê-lo: isto é, Nosce te ipsum, Lê-te a ti mesmo. O que não pretendia ter sentido, atualmente habitual, de pôr cobro à bárbara conduta dos detentores do poder para com seus inferiores, ou de levar homens de baixa estirpe a um comportamento insolente para com seus superiores. Pretendia ensinar-nos que, a partir da semelhança entre os pensamentos e paixões dos diferentes homens, quem quer que olhe para dentro de si mesmo, e examine o que faz quando pensa, opina, raciocina, espera, receia, etc., e por que motivos o faz, poderá por esse meio ler e conhecer quais são os pensamentos e paixões de todos os outros homens, em circunstâncias idênticas. Refiro-me à semelhança das paixões, que são as mesmas em todos os homens, desejo, medo, esperança, etc., e não à semelhança dos objetos das paixões, que são as coisas desejadas, temidas, esperadas, etc. Quanto a estas últimas, a constituição individual e a educação de cada um são tão variáveis, e são tão fáceis de ocultar a nosso conhecimento, que os caracteres do coração humano, emaranhados e confusos como são, devido à dissimulação, à mentira, ao fingimento e às doutrinas errôneas, só se tornam legíveis para quem investiga os corações. E, embora por vezes descubramos os desígnios dos homens através de suas ações, tentar fazê-lo sem compará-las com as nossas, distinguindo todas as circunstâncias capazes de alterar o caso, é o mesmo que decifrar sem ter uma chave, e deixar-se as mais das vezes enganar, quer por excesso de confiança ou por excesso de desconfiança, conforme aquele que lê seja um bom ou um mau homem.

Mas mesmo que um homem seja capaz de ler perfeitamente um outro através de suas ações, isso servir-lhe-á apenas com seus conhecidos, que são muito poucos. Aquele que vai governar uma nação inteira deve ler, em si mesmo, não este ou aquele indivíduo em particular, mas o gênero humano. O que é coisa difícil, mais ainda do que aprender qualquer língua ou qualquer ciência, mas ainda assim, depois de eu ter exposto claramente e de maneira ordenada minha própria leitura, o trabalho que a outros caberá será apenas verificar se não encontram o mesmo em si próprios. Pois esta espécie de doutrina não admite outra demonstração.

PRIMEIRA PARTE

DO HOMEM

CAPÍTULO I

Da sensação

No que se refere aos pensamentos do homem, considerá-los-ei primeiro isoladamente, e depois em cadeia, ou dependentes uns dos outros. Isoladamente, cada um deles é uma representação ou aparência de alguma qualidade, ou outro acidente de um corpo exterior a nós, o que comumente se chama um objeto. O qual objeto atua nos olhos, nos ouvidos, e em outras partes do corpo do homem, e pela forma diversa como atua produz aparências diversas.

A origem de todas elas é aquilo que denominamos sensação (pois não há nenhuma concepção no espírito do homem, que primeiro não tenha sido originada, total ou parcialmente, nos órgãos dos sentidos). O resto deriva daquela origem.

Para o que agora nos ocupa, não é muito necessário conhecer a causa natural da sensação, e escrevi largamente sobre o assunto em outro lugar. Contudo, para preencher cada parte do meu presente método, repetirei aqui rapidamente o que foi dito.

A causa da sensação é o corpo exterior, ou objeto, que pressiona o órgão